

“NÃO É POR R\$ 0,20, É POR DIREITOS”: DINÂMICAS DE INSURGÊNCIA NAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL

Gustavo Souza Santos

Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (FIPMoc)
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)
Docente das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (FIPMoc)
gustavo.ccpv@gmail.com

Maria das Graças Campolina Cunha

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)
Docente do Departamento de Geociências
gracapira@yahoo.com.br

RESUMO

Em 2013, protestos de iniciativa do Movimento Passe Livre contra o aumento da tarifa de transporte público na cidade de São Paulo tornaram-se o estopim para a eclosão de manifestações sistêmicas por todos os estados brasileiros. As vozes eram polissêmicas e vocalizavam por demandas sociais diversas, difundindo-se pelo território nacional, arregimentadas pela autonomia da comunicação via redes sociais, fazendo do mês de junho uma odisséia de insurgência: as jornadas de junho. Este estudo analisa as dinâmicas insurgentes das jornadas de junho de 2013 no Brasil, considerando a espacialização de suas práticas sociopolíticas. A pesquisa se apoia na análise documental do conteúdo noticioso dos três jornais de maior circulação (Folha de S. Paulo, O Globo e Estadão) no período (2012/2013), conforme auditoria do Instituto Verificador da Comunicação (IVC). Há ainda a análise de publicações de usuários no Twitter, selecionados sob as hashtags de engajamento ao movimento (#vemprua e o #ogiganteacordou), como aporte à informação jornalística. A mobilização de junho de 2013 pode ser compreendida a partir de uma dupla dinâmica: socioespacial, com a retomada e apropriação do espaço público como exercício cidadão e político; insurgente, na medida em que a renovação das relações espaciais com um foco de protesto, desencadeia um processo onde o sujeito e espaço em sinergia tornam-se vetores da própria comunicação de insurgência.

Palavras-chave: Jornadas de Junho. Insurgência. Espaço. Movimentos sociais.

‘IT’S NOT ABOUT 20 CENTS, IT’S ABOUT RIGHTS’: DYNAMICS OF INSURGENCY IN JUNE JOURNEYS AT BRAZIL IN 2013

ABSTRACT

In 2013, protests by the Free Pass Movement against the increase in the public transportation fare in the city of São Paulo became the trigger for the outbreak of systemic manifestations in all Brazilian states. As voices were polysemic and voiced by demands such as transportation, health, education, as well as protests against corruption. Demonstrations with an expanded scope spread through the national territory, regrouped by the autonomy of communication through social networks, making the month of June an insurgency odyssey: as June days. This study analyzes how insurgent dynamics of the June 2013 days in Brazil, considering a spatialisation of practical socio-political practices. A survey is based on the documental analysis of the news content of the three most widely circulated newspapers (Folha de S. Paulo, O Globo and Estadão) in the period (2012/2013), according to the Verified Communication Institute (IVC). There is also an analysis of publications of users without Twitter, selected under hashtags of engagement to the movement (#vemprua and #ogiganteacordou), as contribution to the journalistic information. The mobilization of June 2013 can be understood from a dynamic pair: socio-spatial, with a resumption and appropriation of the public space as a citizen and political exercise; insurgent, to the extent that it is a renewal of space relations with a focus of protest, triggers a process where the subject and space in synergy become vectors of the very communication of insurgency.

Keywords: June Journeys. Insurgency. Space. Social movements.

INTRODUÇÃO

O homem é um animal social e político (ARISTÓTELES, 2006): a sentença aristotélica sobre o devir e a condição humana ainda ressoa nas complexas formações sociopolíticas contemporâneas. Sociabilidade e política têm se arrolado historicamente como atributos humanos e das relações que os sujeitos desenvolvem para o intercurso de necessidades, ações e interesses. Tais aspectos compunham a vocalização do discípulo de Platão, ecoando do centro da ágora grega para a ágora da contemporaneidade.

Por excelência, a ágora é um espaço representativo de fruição do debate de interesse público e coletivo. Seu influxo socializante e politizante se fundamenta na cooperação integrada à problematização da realidade, dedicadas à sua transformação para o beneplácito dos sujeitos e seu ordenamento. Da Grécia Antiga às sociedades mais modernas e cosmopolitas hodiernas, o ideário da ágora se mantém transmutado nos símbolos e ícones de ação social e política: nos dispositivos de governança, no espírito democrático, na atividade popular, nos elementos públicos dos territórios ou no mínimo ensejo de voz e reação.

Ora, a ágora é o espaço onde o discurso ressonante gera construções e coletividades. É onde o público e o particular ecoam, espacializados em uma dimensão de pertença e ação altamente socializantes e politizantes. Do grito da existência humana ao se conscientizar como tal ao discurso aristotélico, o homem tem produzido relações e dinâmicas espaçotemporais pautadas na dicotomia entre sociabilidade e política.

Da ágora grega para a ágora contemporânea que encontra vibração nos múltiplos recônditos e ícones do espaço - a cidade, as ruas, as praças, o público e até as vias fluidas e intercomunicantes do ciberespaço -, sociabilidade e politização podem ser tomadas como mais do que elementos característicos da condição e do devir humano, mas pulsões existenciais que constituem a trajetória da humanidade desde que esta toma consciência de si.

Não faltam evidências para sustentar a tese aristotélica quanto à tônica socializante e politizante do homem. Do ímpeto do chão de fábrica, das linhas de formação pelos direitos, dos mais tenros movimentos sociais até os arranjos mais complexos e organizados, o *zoon politikon* é observável. Contudo, não só a história é capaz de testemunhar empreendimentos sociais pautados na vocalização de ideais fundamentados em um pensamento coletivizado sobre os rumos da própria sociedade. O espaço é também uma chave de leitura e compreensão desse tipo de arranjo, não se restringindo apenas à performance de substrato.

O espaço é capaz de deflagrar tessituras e espectros pouco ou mal observados sob outros pontos de vista, o que o torna um objeto essencial de observação e investigação. A espacialidade e as dinâmicas que tocam a voraz polissemia do objeto de anelo geográfico não fornecem apenas leituras em fragmentos ou em perspectiva, mas destravam profundidades pouco exploradas, das quais a metáfora do *iceberg* serve de imagem bastante didática.

Nessa ode ao espaço, este trabalho se inscreve na demanda de particularizar o pulso socializante e politizante humano, no contexto da ação popular e dos movimentos sociais ao longo de décadas, tendo por contexto as jornadas de junho. Analisa-se as dinâmicas insurgentes das jornadas de junho de 2013 no Brasil, considerando a espacialização de suas práticas sociopolíticas. A pesquisa se apoia na análise documental do conteúdo noticioso dos três jornais de maior circulação (Folha de S. Paulo, O Globo e Estadão) no período (2012/2013), conforme auditoria do Instituto Verificador da Comunicação (IVC).

Há ainda a análise de publicações de usuários no Twitter, selecionados sob as *hashtags* de engajamento ao movimento (*#vemprua* e o *#giganteacordou*), como aporte à informação jornalística. Os *tweets* foram selecionados a partir da indexação descrita e constituem reflexão suplementar à informação noticiosa, como quadro de ressonância suplementar às discussões. Os usuários selecionados compreendem cidadãos comuns sem que sua voz tenha ou compreenda pretensão de influência sobre a opinião pública, mas foi interesse do estudo selecionar o intento do cidadão médio como ponto e contraponto para a reflexão aqui empreendida.

DESENVOLVIMENTO

O Brasil nas ruas (O Globo, 18 jun. 2013, p. 1).

Protesto se espalha pelo país (Estadão, 18 jun. 2013, p. 1).

Onda de protestos atinge 12 capitais na maior manifestação do país desde o “Fora Collor” (Folha, 18 jun. 2013, p. C1).

Em 17 de junho de 2013, manifestações sistêmicas se instalaram em 12 capitais do país. Milhares de pessoas ocuparam as vias brasileiras em protesto, com vocalizações polissêmicas, unidas por um sentido de insurgência e um uníssono de clamor popular. Qualquer classificação ou rotulação apressada parecia terminantemente inadequada para dirimir a sintaxe e a tônica de seu delineamento.

Factualmente, atos desencadeados no território nacional. Mas o significado ou rumo de qualquer cenário evocado pelos eventos daquela segunda-feira não podiam ser contidos nos acontecimentos rotineiros de um décimo primeiro dia útil. As manchetes anunciavam que um contingente representativo do país tomou as ruas, está em protesto e demanda efeitos.

A mobilização que chegou às ruas, em sua eclosão, teve o maior número de envolvidos em um ato do tipo em 21 anos. Uma envergadura similar foi acompanhada em 1992 com o movimento dos caras-pintadas pelo impeachment do presidente Fernando Collor de Melo. Os caras-pintadas, nomenclatura dada pelos *media*, foram um movimento de base estudantil que se tornou porta-voz do pedido de *impeachment* do ex-presidente Collor, tornando-se emblema de mobilização, comunicação e discussão sociopolítica e de esfera pública, dada à visibilidade e vigor insurgente de que se investiram (QUINTÃO, 2010). Atos subsequentes a esse capítulo da história nacional não possuíram o mesmo ímpeto ou expressão experimentada ao fim do primeiro semestre de 2013.

Embora 17 de junho tenha sido o evento símbolo dos acontecimentos que marcaram os protestos subsequentes e sua conjuntura, atos anteriores ocorridos entre 7 e 12 do mesmo mês constituíram a corporificação inicial do movimento. O alastramento pelas capitais e sua difusão posterior foi precedido de estopins nas vias paulistanas, o que constituiu o epicentro das manifestações.

São Paulo foi portadora do germe dos protestos capitaneados pelo Movimento Passe Livre (MPL), movimento social brasileiro que se organiza em torno de temáticas ligadas ao transporte urbano e a tarifa zero. A bandeira inequívoca dos atos iniciais se articulava em torno da demanda pela eliminação dos custos do transporte coletivo, endereçando-se à autoridade governamental. O princípio era de longa data e familiar às narrativas urbanas e políticas de São Paulo, todavia se tornou um signo ainda maior de contravenção.

O aumento de R\$ 0,20 à tarifa de ônibus no âmbito do transporte público paulistano soou uma involução às discussões do MPL e de entusiastas do transporte coletivo face a uma proposta de ausência de tarifas. As moedas pouco significavam em um sentido estrito, porém sua negociação ocasionou um litígio popular em relação ao estado, tocando feridas antigas como a representatividade, destino das verbas públicas e uma gestão pensada no bem social.

Para o MPL e sua agenda, os atos iniciais significavam sua lida e sua forma de ação, prontamente comum e esperada. Todavia, o fervor popular tarifário evoluiu em uma narrativa múltipla de demandas sociais. Os R\$ 0,20 se tornaram marcadores sociopolíticos de uma indignação latente e entranhada. O direito ao transporte de qualidade se ampliou em direito à cidade ou no lume da memória diante das conquistas a suor e voz de longa data na sociedade brasileira.

A organização típica de um movimento social amparado por um coletivo ou entidade cedeu lugar a uma espontaneidade integradora e engajadora que encontraram na rua o espaço fértil para processar sua catarse. Catarse esta derivada dos retratos sociais e políticos do país, vistas aos olhos da história pela última vez à época dos caras-pintadas

Mais de 1 milhão vai às ruas no país (Estadão, 21 de jul. 2013, p. 1).

Milhares vão às ruas “contra tudo” (Folha, 18 jun. 2013, p. 1).

“Contra tudo”. A bandeira da redução da tarifa de transporte público que fora o estandarte primário do movimento, se tornou uma função parabólica para uma agenda mais ampla, vilipendiada pelos veículos de mídia, mas sobretudo atomizada no cotidiano, do qual com propriedade se pode sentir e versar. E se o contexto é partilhado, os sentimentos são aderentes e uma aglutinação de sentidos é possível.

“Não é por R\$ 0,20”, gritavam as vozes dos manifestantes e também as letras garrafais de cartazes e faixas. “É por direitos!”, completavam. E que direitos? O transporte público toca uma dimensão vital dos grandes centros urbanos, a mobilidade. O que está explícito em termos de planejamento urbano e gestão pública, está implícito em laços sanguíneos de uma população com sua urbe: a liberdade de ir e vir, de habitar, de apropriar-se do espaço e nele tecer suas experiências.

Por objetos, o conjunto de serviços, fatores e indicadores essenciais para a vida social radicadas no espaço social e urbano como os serviços públicos de saúde e educação, a economia, a reforma política e até a recepção de megaeventos - e a crítica à gentrificação e limpeza social de que promoveriam. Por ensejo, a transformação, a transfiguração e a ressignificação do espaço e do que nele se opera. Por teor, a expressão sociopolítica, capaz de incidir sobre a realidade, de clamar atenção e investir forças sobre determinados objetos. As jornadas de junho teceram diversas representações quando de sua eclosão.

O movimento se diz “apartidário, e não antipartidário” (Folha, 24 jun. 2013, p. C1).

Outra característica dos protestos foi o repúdio a partidos políticos (Estadão, 21 jun. 2013, p. 16).

Sem a predominância de bandeiras de partidos políticos, sindicatos ou entidades estudantis (O Globo, 18 jun. 2013, p. 3).

A cobertura jornalística frequentemente caracterizou os atos como seus integrantes pelo pulso sociopolítico, pela alta politização que leva às ruas e dá acústica para as vozes e demandas. Todavia, o fragor político contrastava com a definição de apartidarismo, de repúdio a partidos políticos e rechaçamento de bandeiras consideradas oportunistas para um momento que crescia em termos de unidade de sentimento.

Protestos atraem sobre si um leque de representações comumente caracterizados pela desordem, pela instabilidade e pelo desequilíbrio. A democracia contemporânea, berçada na ágora grega, somada ao apelo de um ideal de ordem social enxergam na mudança do desenho básico de sua estrutura e fluxo, uma ameaça em vários níveis. Ameaça à segurança e à civildade, ameaça ao patrimônio e ao fluxo comercial transacional, ameaça aos ideais figurativos de uma urbe moderna, ameaça, sobretudo, às estruturas de poder.

Sob o selo de potencial ameaça, manifestações de qualquer natureza facilmente se inscrevem a diversos formatos de representações, nutrindo o imaginário popular. Opinião pública, tratamento da autoridade política e repercussão midiática foram uma estrutura sob a qual fatos e eventos passam a ser lidos e construídos, muitas vezes para além de sua real representação e narrativa. A publicidade mediada de acontecimentos é marcada por esse esquema, onde a narrativa pode ser ajustada sob a ótica de um produtor, interessado ou transmissor (THOMPSON, 2004).

A representação inicial - e a mais frequente - dos protestos era marcada pela narrativa do descrédito, aditivada pela maximização da depredação. O realce da desordem e dos prejuízos causados pelas ações dão volume às descrições e narrativas, conseqüentemente resultando em pouco ou nenhum foco sobre a pauta erguida para estabelecer contrapontos dialéticos.

Contra tarifa, manifestantes **vandalizam** centro e Paulista (Folha, 12 jun. 2013, p. 4, grifo nosso).

Depredação livre (Folha, 20 jun. 2013, p. A2, grifo nosso).

Sem controle (O Globo, 21 jun. 2013, p. 1).

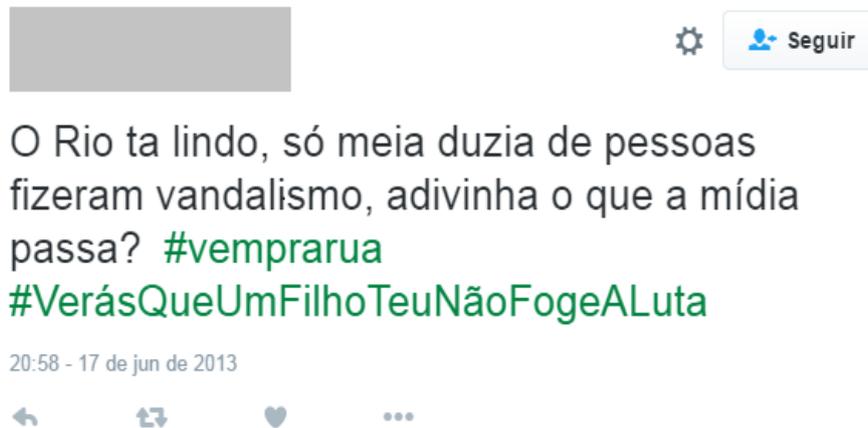
Violência se espalha pelo país (Folha, 21 jun. 2013, p. C1, grifo nosso).

[...] Comerciantes **criticam** passeata (Folha, 18 jun. 2013, p. C5, grifo nosso).

Entendendo que as manifestações não ocorreram estritamente como o que era narrado pela cobertura jornalística nos veículos tradicionais, ou ainda, não teve a dimensão ou a pertinência em que o espaço e o período de exposição de conteúdo sobre o tema era destinado na programação, a internet se tornou deflagradora de práticas de comunicação alternativa.

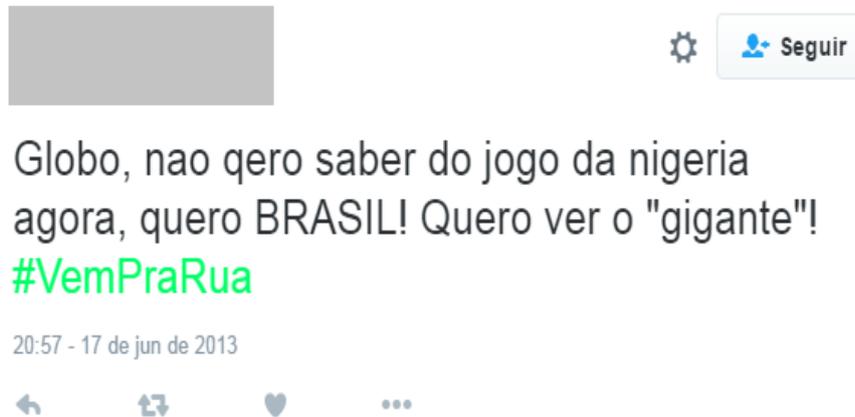
Essencialmente, o tráfego na internet, o acesso, o compartilhamento e as relações que se estabelecem on-line pela performance dos usuários não se tangenciam pela ordem de princípios editoriais ou códigos internos de conduta dos grupos de mídia. Isto torna a comunicação intempestivamente mais democrática, aberta e alternativa, já que sucumbem as camadas do que é editorado a uma realidade mais autônoma de conversação e difusão. Assim, apresenta-se agora uma seleção de *tweets* em contraste ao conteúdo reportado pelos veículos analisados como fonte anteriormente.

Figura 1 – Mídia e manifestações



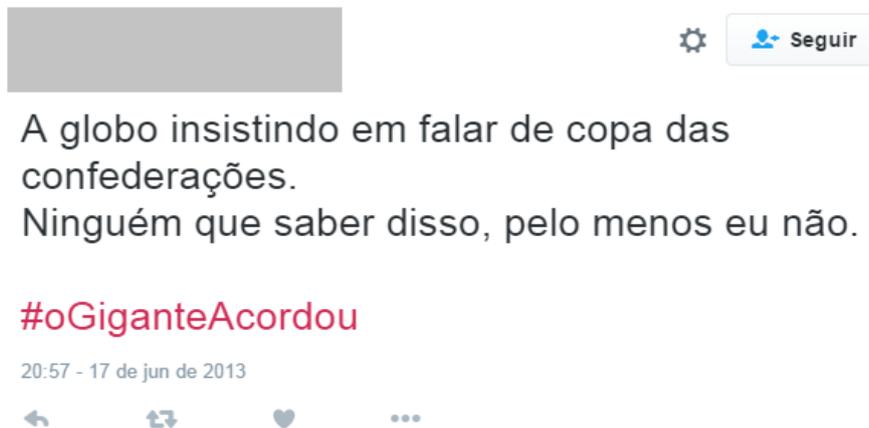
Fonte – conforme catalogação da pesquisa.

Figura 2 – Mídia e manifestações



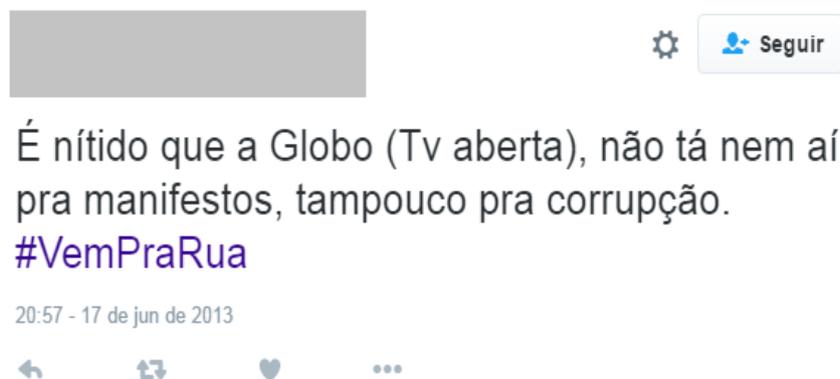
Fonte – conforme catalogação da pesquisa.

Figura 3 – Mídia e manifestações



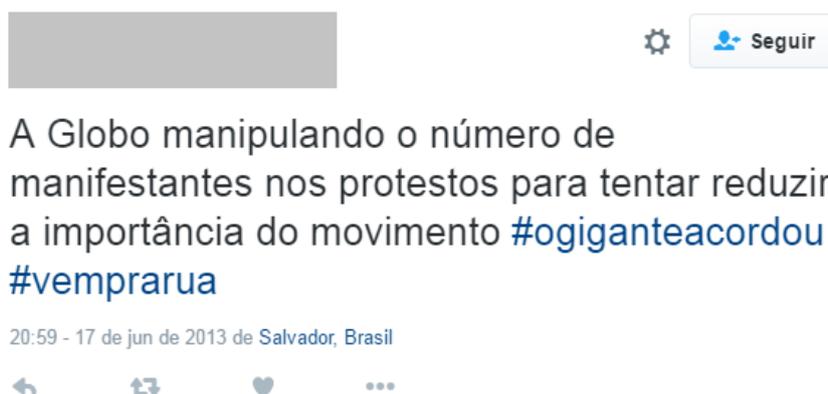
Fonte – conforme catalogação da pesquisa.

Figura 4 – Mídia e manifestações



Fonte – conforme catalogação da pesquisa.

Figura 9 – Mídia e manifestações



Fonte – conforme catalogação da pesquisa.

A cobertura jornalística se vê em um conflito de credibilidade quando consideradas as postagens dos usuários via Twitter. A incompletude, o viés ou mesmo a insuficiência de informações ou de apresentação factual dos eventos por parte dos veículos de mídia estava presente no discurso dos usuários. A mídia tradicional foi replicada na imagem da Rede Globo de televisão – destarte sua audiência, popularidade e dimensão –, não exclusivamente como detratora central, mas como representante de um círculo midiático tradicional.

À época dos protestos, estava em curso a Copa das Confederações, realizada em solo brasileiro. O evento esportivo tomava os noticiários com o adendo de que a Copa do Mundo FIFA de Futebol seria sediada um ano depois, sendo temática cativa nas pautas e boletins nos principais veículos – em protesto pela corrupção e má gestão. A reclamação, no entanto, orientou-se na perspectiva de que a persona midiática falhava na cobertura dos acontecimentos de tamanho apelo aos cidadãos.

Os contextos da Copa do Mundo também foram combustíveis para as reivindicações dos protestos. No entanto, a seletividade narrativa incomodava os usuários do Twitter que, por sua vez, demandavam por visibilidade. A invisibilidade dos protestos nos grandes noticiários significava a anuviamento dos acontecimentos, o direcionamento da opinião pública para outros cenários ou a declaração de nulidade (ou pouca relevância) dos atos observados no país.

A caracterização sobre o descontrole, sobre a falta de limites ou contornos dos atos foi a primeira imagem das manifestações. Com o foco sobre as ocorrências de depredação e conflito, as demandas que acompanhavam e motivavam os atos se perdiam na torrente de informações que situavam o evento como um caso de polícia, de detenção, de coerção e estancamento, antes que mais acontecimentos destrutivos pudessem ser acompanhados.

Polícia **reage com violência** a protestos e SP vive noite de caos (Folha, 14 jun. 2013, p. 1, grifo nosso).

Protestos violentos se espalham pelo país (Folha, 21 jun. 2013, p. 1, grifo nosso).

Novo protesto tem **reação violenta da PM** (Folha, 14 jun. 2013. p. C1, grifo nosso).

A estrutura textual das acepções iniciais é marcada pela adjetivação negativa e pela incursão de clima de instabilidade e temor. As palavras “pânico”, “feridos”, “prisões”, “caos”, “protestos violentos”, “violento” e “reação” criam a ambiência lexical precisa para introjetar imagens negativas dos atos. Nesse sentido, a redação indica uma tentativa de descrédito, ressaltando aspectos de conflito que despertam temor ao cidadão médio e ocultando aspectos que possam despertar debates sobre a razão dos protestos e seu modus operandi.

Manifestações de rua são frequentemente associadas ao campo semântico de desordem, arruaça, baderna e depredação. A instalação e a ocupação das ruas e dos espaços públicos, a interrupção do fluxo de trânsito e conseqüentemente o entrave ao funcionamento habitual dos espaços de fluxo da cidade, como o comércio, nutre um imaginário de depreciação em relação aos protestos.

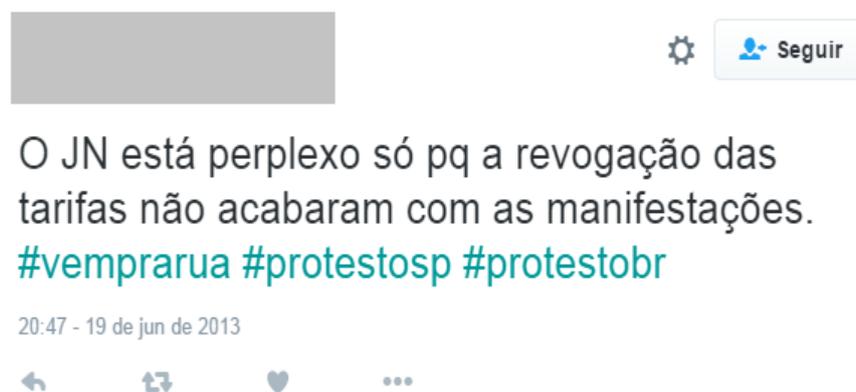
A representação dos “baderneiros” que se ocupam da rua e interrompem a vida urbana que tem um fluxo intenso, imediato e voraz para promoverem arruaça e amenidades juvenis rebeldes é uma imagem comum no imaginário que caracteriza a insurgência no espaço social. Duas constatações são possíveis: o espaço da ação de insurgência ainda não está suficientemente integrado na contemporaneidade e o cenário negativo impede qualquer profundidade interpretativa de atos de protesto.

Figura 10 – Mídia e manifestações



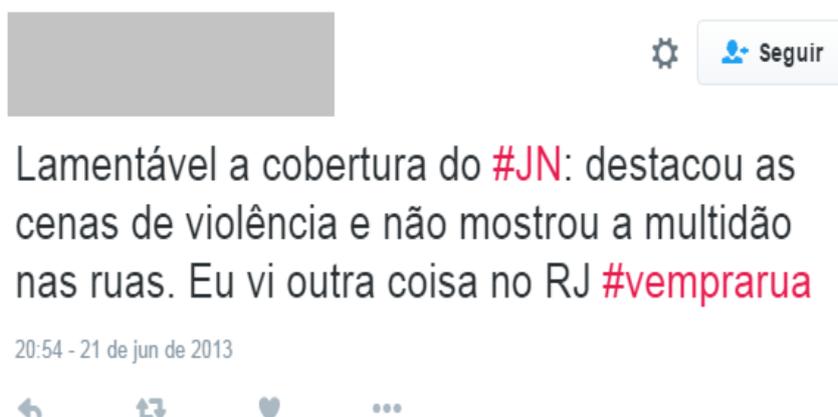
Fonte – conforme catalogação da pesquisa.

Figura 11 – Mídia e manifestações



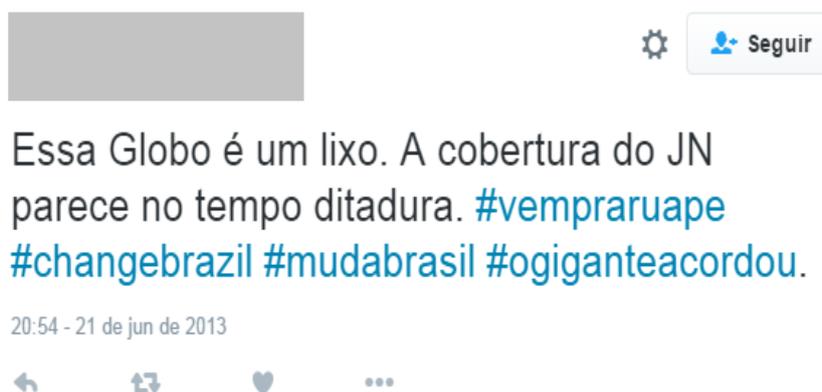
Fonte – conforme catalogação da pesquisa.

Figura 12 – Mídia e manifestações



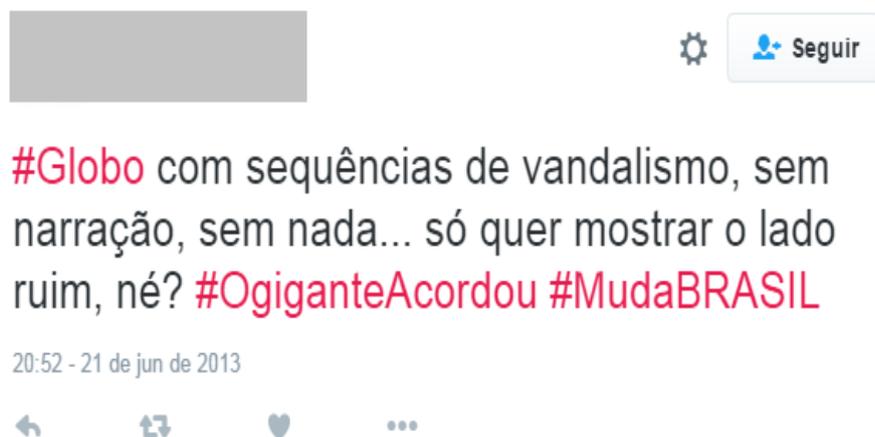
Fonte: conforme catalogação da pesquisa.

Figura 13 – Mídia e manifestações



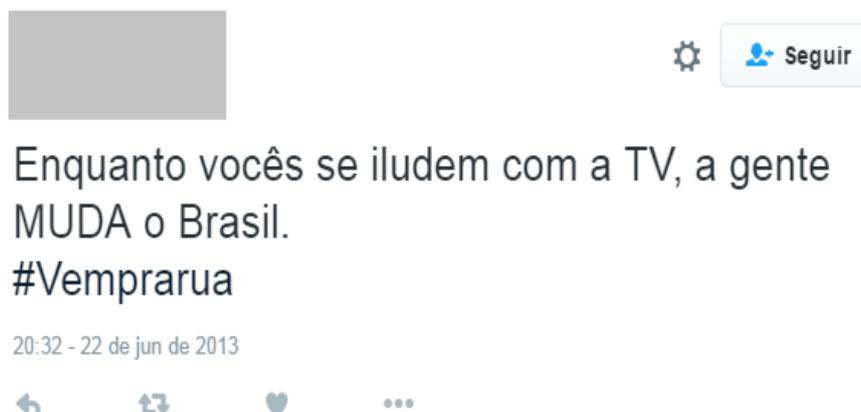
Fonte – conforme catalogação da pesquisa.

Figura 14 – Mídia e manifestações



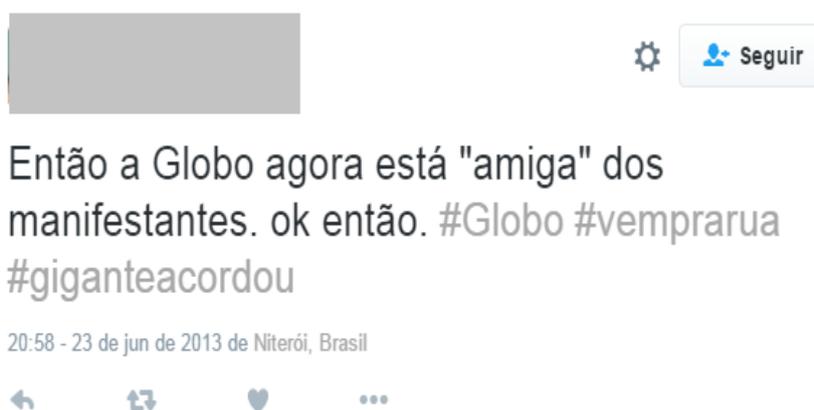
Fonte: conforme catalogação da pesquisa.

Figura 15 – Mídia e manifestações



Fonte – conforme catalogação da pesquisa.

Figura 16 – Mídia e manifestações



Fonte – conforme catalogação da pesquisa.

O primeiro cenário apresentava as queixas quanto à parca cobertura dos noticiários, à época com enfoque superior à Copa das Confederações, implicando em uma condição de invisibilidade ou de exclusão da pauta por relevância em relação aos protestos. Com a repercussão inesperada, os eventos insurgentes passam, enfim, a ser reportados pelos grandes veículos, porém com uma representação considerada negligente, como se pode observar pelos *tweets*.

A narrativa da violência, como observada nas manchetes dos jornais consultados, é corroborada na impressão do público que vê o evento assumir nos noticiários uma conjuntura distante do real, distante das ruas, distante daquilo que estavam testemunhando e participando. A edição jornalística documentava uma horda de violência e baderna que, na percepção dos manifestantes e entusiastas, era equivocada em relação à dimensão e o significado do que acontecia nas ruas.

A guerra simbólica travada entre o exercício das ruas versus o exercício midiático era observável pela produção de narrativas díspares, o que significava para o manifestante a necessidade premente de que seus objetivos ali continuassem a ser perseguidos e, para a opinião pública, uma situação de cruzamento de informações, onde os veículos de comunicação detentores da salvaguarda do factual se viam em um apuro profissional e de imagem.

O ideal de celeridade da cidade e da vida social hoje não aceita o espaço como disruptivo, mas se mantém no anuviamento que os fluxos hipervelozes urbanos produzem. Portanto, marcadores sociais e políticos como manifestações de rua ou ocupações são taxadas rapidamente como

problemas que geram instabilidade e devem ser cerceados, desligados e nunca compreendidos e interpretados à luz de seu próprio fenômeno. Nesse ínterim, o significado dos atos esmaece inicialmente sob confrontos policiais e sentenças em nome da ordem.

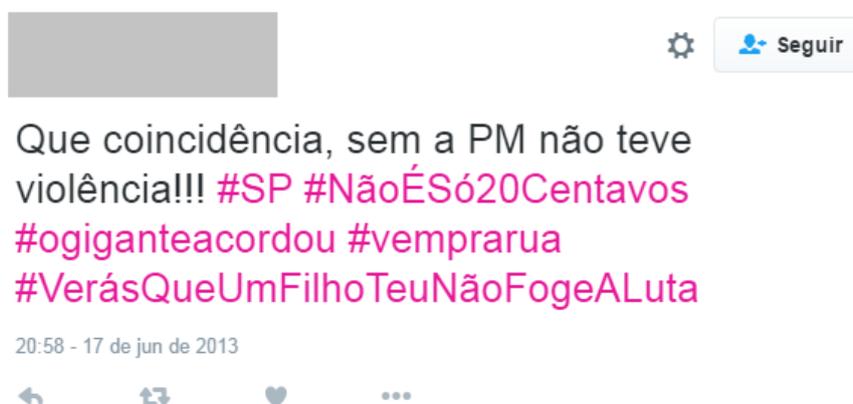
A PM começou a batalha (Folha, 14 jun. 2013. p. C3).

Jornalistas são feridos por disparos de policiais militares (Folha, 14 jun. 2013. p. C2).

Repressão e pânico (Folha, 14 jun. 2013. p. C4).

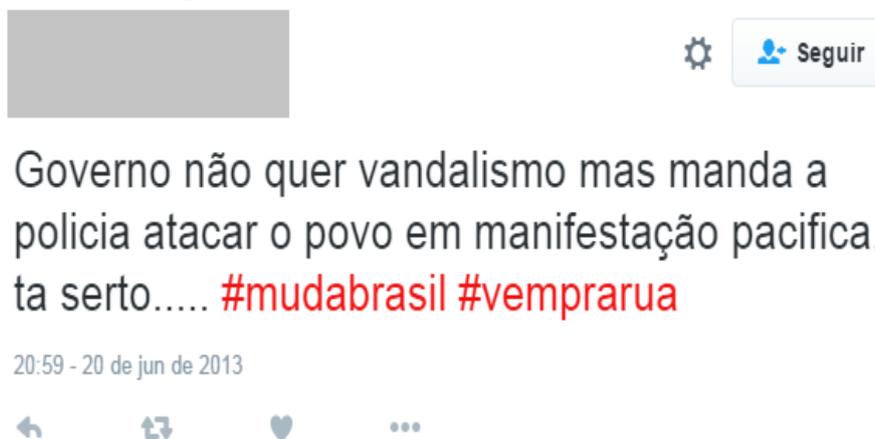
Na perspectiva encontrada no Twitter, observam-se queixas pelo tratamento policial violento que entrega um direcionamento governamental de não diálogo ou de diálogo violento com os manifestantes. Todavia, com o recuo do policiamento ostensivo, o clima pacífico pode revelar o conteúdo originário das manifestações, como reivindicado pelo público.

Figura 17 – Violência, policiamento e manifestações



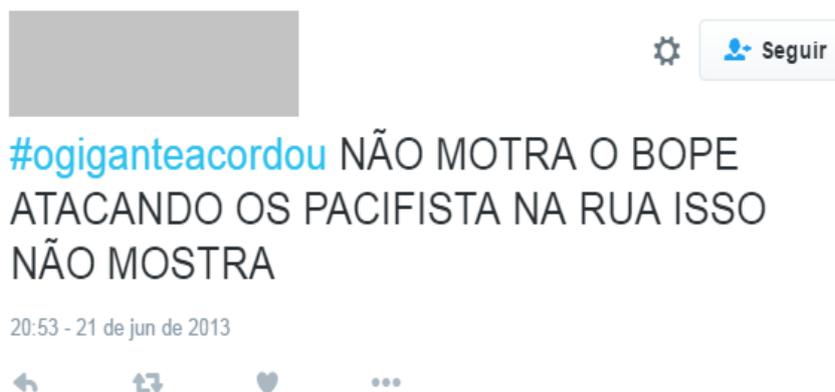
Fonte: conforme catalogação da pesquisa.

Figura 18 – Violência, policiamento e manifestações



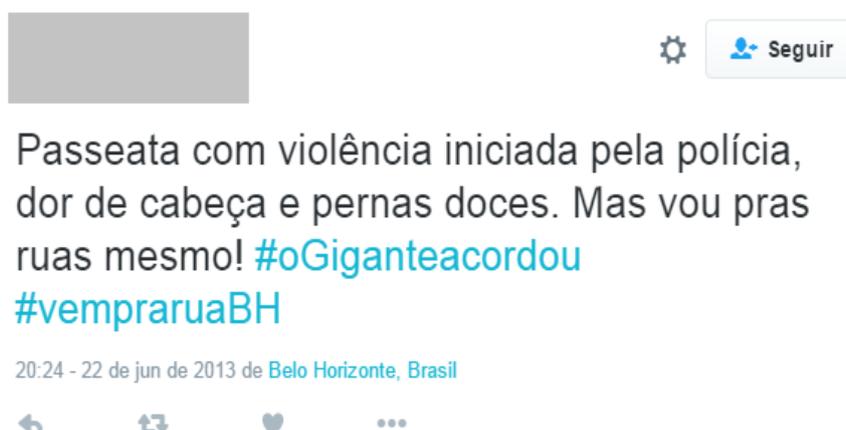
Fonte: conforme catalogação da pesquisa.

Figura 19 – Violência, policiamento e manifestações



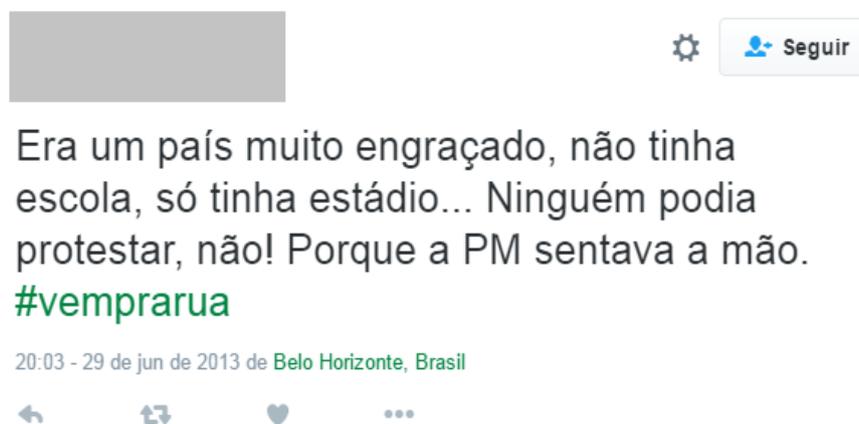
Fonte – conforme catalogação da pesquisa.

Figura 20 – Violência, policiamento e manifestações



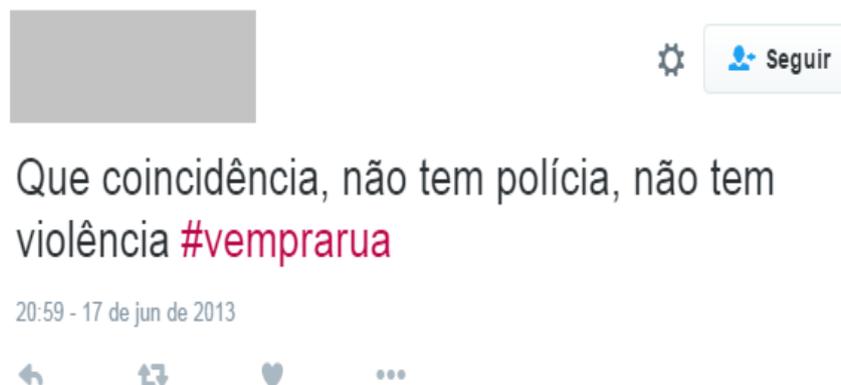
Fonte – conforme catalogação da pesquisa.

Figura 21 – Violência, policiamento e manifestações



Fonte – conforme catalogação da pesquisa.

Figura 22 – Violência, policiamento e manifestações



Fonte – conforme catalogação da pesquisa.

A resposta coercitiva das autoridades adquiriu um sentido estritamente de controle, uma vez que os confrontos, a pressão e a imposição de ordem foram os atos mais próximos de um diálogo com os manifestantes. Em um módulo de exercício sociopolítico cidadão, o impedimento ou a ferida à liberdade democrática em qualquer nível torna-se indicador ou legitimador da causa. E face ao fogo cruzado midiático, torna o teor das manifestações ainda mais incendiário e dota a multidão de indignação.

O status de violência, desordem e campos semânticos a partir destes termos e seus sinônimos foram usados para caracterizar e etiquetar o movimento e os manifestantes. No conflito das narrativas, a violência perpetrada e representada no poder coercitivo expresso pela política se chocava com a natureza das manifestações que apresentava com episódios violentos as ações de depredadores.

Entre o factual e o factóide, um confronto se estabelecia não somente nas raias do objeto do movimento, mas no tratamento simbólico denotado pelos grupos de mídia, as vivências dos manifestantes e de quem testemunhava os atos, resultando na impressão real da inabilidade do governo democrático lidar democraticamente com sujeitos que são partícipes da ordem com a qual trabalham, zelam e respaldam.

O cerceamento das manifestações é encarado como uma limitação da própria esfera pública, do direito de protestar e uma negativa à democracia construída pelo cidadão. O tratamento ofensivo pela polícia, a inabilidade do governo em dialogar ou compreender o movimento e a narrativa midiática adensaram a atmosfera insurgente. A violência exclusivamente tipificada aos “baderneiros” como sinônimo de todo manifestante passa a ser pareada com a ação do poder coercitivo, sustentado pelo poder político.

Nesse sentido, o contrapoder é uma ferramenta com a qual o movimento lança mão. Já verificado na apropriação da comunicação on-line e alternativa, o contrapoder passa agora a se tornar linguagem e práxis do movimento que não concebe outra forma de contornar a situação, senão pela via reivindicatória e de ocupação das ruas e espaços públicos. O que seria motivo de dispersão ou anulação, tornou-se eixo de ação.

Após a caracterização negativa das manifestações com narrativa de descrédito, uma amortização da linguagem é percebida. A atuação da polícia é posta em xeque com relatos de abuso, agressão à imprensa, medidas violentas contra manifestantes, repressão e instalação de pânico nas ruas. A necessidade de compreender a essência dos movimentos ganha espaço nas páginas, distanciando o quadro narrativo de ocorrências policiais para debates políticos mais sistematizados. As instâncias governamentais passaram a se pronunciar sobre os eventos.

Haddad diz que **violência da PM marcou ato** (Folha, 14 jun. 2013, p. C2, grifo nosso).

Alckmin **defende PM** e diz que protesto tem viés político (Folha, 15 jun. 2013, p. 1, grifo nosso).

Dilma promete ouvir “voz das ruas” e “coibir arruaça” (Folha, 22 jun. 2013, p. 1).

Dilma condena “**minoría autoritária e violenta**” e diz que vai “manter a ordem” (Folha, 22 jun. 2013, p. C2, grifo nosso).

Com o avanço dos protestos e a cobertura jornalística frequente, os atos passam a atingir a autoridade política de maneira mais contundente, demandada não apenas pelas vozes presentes nas ruas, como da opinião pública que passou a acompanhar cotidianamente os desdobramentos midiáticos, agora com contornos políticos mais claros.

Grandiosa e plural (O Globo, 18 jun. 2013, p. 4).

Protesto se espalha pelo país (Estadão, 18 jun. 2013, p. 1).

[...] Atônitos governos não conseguem entender atos (Folha, 18 jun. 2013, p. C7).

As manchetes denunciam involuntariamente a guerra de significação estabelecida desde as primeiras ocorrências de protestos. A ocupação das ruas foi disputada em termos simbólicos e a sintaxe foi tida por objeto de apropriação semântica por diferentes interesses. O selo de baderna e arruação fazia parte de um script em clivagem com a chamada de pacíficos e valorosos. Diversos pontos interpretativos inflamaram a opinião pública e a percepção dos fatos.

A repercussão negativa cede lugar à valorização dos atos como pulsões de expressão sociopolítica. Consequentemente, os protestos passam a ser anexados à debates de natureza política. Os temas vocalizados nos atos passam a ser combinados a análises sobre perfis de manifestantes, implicações sociológicas dos acontecimentos e opiniões como lavratura e chancela da relevância dos atos, anteriormente marginalizados.

Que juventude é essa? (Folha, 23 jun. 2013, p. A3).

As manifestações e o direito à política (Folha, 24 jun. 2013, p. A3).

O que há de novo nas ruas (Folha, 24 jun. 2013, p. A3).

Mais um passo da revolução democrática (Folha, 27 jun. 2013, p. A3).

O esquema particular das manifestações e sua continuidade, deflagrada nos confrontos, na unidade diante da polissemia de agendas e na difusão por meio de atos satélites por outras partes do país foi responsável pela implosão das narrativas iniciais. Da negligência ao ocultamento de sua corporeidade total, os protestos puderam ser contemplados à luz dos fatos sem as camadas jornalísticas ou da autoridade política que os tinham anuviados.

Algumas medidas tratadas pelos querelantes foram atendidas ou respondidas, como a redução ou a suspensão do aumento de tarifas. Todavia, os atos continuaram, o que provocou certa dissonância, especialmente para os acompanhavam as ocorrências das janelas da autoridade. Com a impossibilidade de contornos claros e dos rumos dos acontecimentos, os significados da maré insurgente de junho de 2013 pareciam tão amplos quanto sua repercussão.

Capitais já baixam tarifas de ônibus; protestos continuam (O Globo, 19 jun. 2013, p. 1).

Dilma diz que protestos são um alerta a todos os governantes (O Globo, 19 jun. 2013, p. 4).

Nas ruas, um mar de reivindicações (O Globo, 19 jun. 2013, p. 10).

O objeto antes definido alargou seu escopo e se tornou uma miríade de pautas com múltiplos endereçamentos. Saúde, segurança, emprego, renda, serviços básicos se juntaram à pauta do transporte público em um pacote mais abrangente de reivindicações. O direito a transporte acessível e à dignidade de serviços e assuntos que perpassam a ordem pública transmutaram-se numa nova espécie de direito à cidade. A evocação lefebvriana se tornou a roupagem com o caimento ideal para a definição da insurgência instalada, já que:

As necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem as necessidades de segurança e de abertura, a necessidade de certeza e necessidade de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e de imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediatividade e de perspectiva a longo prazo. O ser humano tem também a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar e a necessidade de reunir essas percepções num “mundo” (LEVEBvre, 2008, p. 105).

O devir humano é caracterizado pelas energias que este possui de se construir e construir a realidade da qual é rodeado e da qual é desejável por ele numa perspectiva de projeto, de obra de vida. A complexidade das necessidades humanas é, ao mesmo tempo, força propulsora para a manutenção e a elaboração da vida e as lentes para a observação da realidade, a percepção do mundo e, conseqüentemente, o germe que agencia a busca por mudança, por rearranjos e reestruturações.

Na energia de insurgência estão presentes as necessidades humanas transmutadas em percepções da realidade, arraigadas pela experiência. Esse processo faz com que os sujeitos anelem por espaços representativos de seus projetos idealizados, que podem ter desde uma natureza pessoal, como comunitária, nacional e humanitária. E essa busca por espaços representativos remontam ao anseio por dar condições de atendimento dos projetos e a um afã por completude e plenitude que logo transformam o chão do cotidiano em esteira de reação e movimento, quando são negados os caminhos para a realização diária, ou quando o futuro parece ser comprimido de alguma forma.

A essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas (isto é, ora separadas, ora reunidas, aqui comprimidas e ali hipertrofiadas) acrescentam-se necessidades específicas, que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas. Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e bens materiais consumíveis), necessidades de informação, simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas. [...] As necessidades urbanas específicas não seriam necessidades de lugares qualificados, lugares de simultaneidade de encontros [...]? (LEFEBvre, 2008, p. 105-106).

As necessidades que caracterizam os sujeitos comportam o ensejo por uma atividade criadora, isto é, transformadora e construtora da realidade a partir dos objetos de necessidade. Esses objetos, porém, não se limitam à materialidade de objetos materiais e de consumo, mas se radicam nas necessidades de informação, simbolismo, imaginário, ludicidade e afetividade. E é o fragor desses objetos de necessidade humana que participa do processo onde o homem vive e transforma o espaço que o suporta e o define.

Retomando o direito à cidade em sinergia ao ato de manifestação sociopolítica, se em Lefebvre (2008) há o postulado de um direito à não exclusão da sociedade dos benefícios da vida urbana mitigados por lastros segregadores, nas jornadas de junho esse direito se irradia no prisma de objetos que ele porta. Temas ligados à economia, saúde, vida urbana, gestão pública e representatividade política se capilarizaram e tomaram forma nos atos desencadeados.

A perspectiva lefebvriana do direito à cidade, contudo, não pode ser esgotada apenas na afirmação de um direito à cartela de serviços urbanos. O direito à cidade é, sobretudo, um direito de transformação do espaço e o que ele abarca: as vivências, as identidades, os projetos, as expectativas e as experiências espaçotemporais. A asserção de um direito implica em uma experiência harmônica com os elementos constitutivos do espaço e sua imbricação com a vida social, em níveis pessoais e coletivizados.

É nesse espectro que o direito à cidade se arrola ao cenário das manifestações de junho de 2013, como em muitos atos da mesma tipologia, sem qualquer vínculo de magnitude ou forma. Ora, Lefebvre (2008) pontuou o direito à cidade na enseada da transformação de que os sujeitos sociais intentam e são capazes de promover. A ação do MPL per se, se insere nessa perspectiva, isto é, a incursão de gestos transformadores sobre o espaço social imbricado nos ícones do espaço total, como o urbano no espaço público e, claro, nas ruas.

O próprio movimento esclarece a perspectiva das ruas:

A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 16).

As jornadas de junho são tributárias desse enunciado. Esse direito à cidade e sua prerrogativa não se encerram apenas na urbanização ou na segregação, mas no conjunto polissêmico do que a vivência do espaço social permite. Ser, estar, viver e experimentar. Um direito de base no plano das ideias e no plano operacional. É ter o espaço e sua práxis como um terreno de ação e transformação para significados e ressignificações. É viver no espaço, viver o espaço, internalizá-lo e externalizá-lo.

O debate em torno do transporte público, bem como os pedidos por saúde, educação, economia e outros índices tem encaixe no escopo das manifestações. Isto significa dizer que o pulso de insurgência das jornadas de junho é uma luta pelo direito à cidade, materializado na reivindicação pelos itens que compõem seu conclave e respaldado na ocupação espacial e no ensejo de transformação desse espaço, provedor de serviços, experiências e da vida em sociedade.

As necessidades sociais repercutidas nas vozes, nos cartazes, nos gestos e na performance da rua pertencem a uma dimensão ampla da vida em sociedade no Brasil. O que se demandava eram preenchimentos para lacunas de dimensão coletiva, produtos que constroem uma sociedade menos díspar e com uma dignidade básica e esperada para o país pelo qual se marcha.

Num período em que os ideólogos discorrem abundantemente sobre as estruturas, a desestruturação da cidade manifesta a profundidade dos fenômenos de desintegração (social, cultural). Esta sociedade, considerada globalmente, descobre que é lacunar [grifo do autor]. Entre os subsistemas e as estruturas consolidadas por diversos meios (coração, terror, persuasão ideológica) existem buracos, às vezes abismos (LEFEBVRE, 2008, p. 115).

O país pelo qual se ocupam as ruas é representado nos símbolos nacionais e na cólera insurgente que alimenta o propósito. Afinal, não eram apenas projetos pessoais em jogo e em disputa. Mas narrativas pessoais e coletivas que só adquirem sentido dentro de um projeto de país que, no uníssono das vibrações de protesto, parecia esfacelado ou longe de uma harmonia esperada, desejável e possível.

Esses abismos não provêm do acaso. São também os lugares do possível. Contêm os elementos deste possível, elementos flutuantes ou diversos, não a força capaz de os reunir. Mais ainda: as ações estruturantes e o poder do vazio social tendem a impedir a ação e a simples presença de semelhante força. As

instâncias do possível só podem ser realizadas no decorrer de uma metamorfose radical (LEFEBVRE, 2008, p. 115).

Os abismos não casuais, detratores dos projetos que se desenvolvem sobre o espaço e na vida social, dos quais fala Lefebvre (2008), não contém germe de direção ou mudança per si, a menos que forças políticas, econômicas, simbólicas e sociais promovam negociações sistemáticas. Nesse quadro, o pulso transformador de que a noção de direito - um direito de se pensar no plano das ideias e de se operacionalizar, no plano da ação - é alcançado com metamorfoses radicais.

Essas metamorfoses radicais de que Lefebvre (2008) alude são os pontos de ação e reação das camadas sociais sobre os elementos materiais e imateriais, singulares e plurais de que o espaço social evoca. E se metamorfose indica a possibilidade de transformação que compõe a noção do direito à cidade, o termo radical assume para si a competência da movimentação social politizada.

O *zoon politikon* não participa dessa discursiva como gracejo etimológico. Política deita raízes sobre a polis. E não se trata de uma polis suporte, substrato ou conjuntural. Mas de uma polis vívida, que projeta pensamentos sobre a ação, isto é, que denota a práxis de uma vivência do espaço e da vida social não estanque, mas tão orgânica quanto um organismo vivo. As energias politizantes, portanto, são partícipes da construção e da transformação do espaço e da vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As jornadas de junho, como atos e protestos de diferentes prerrogativas, representaram uma odisseia sociopolítica que concebe no espaço - social, público e em toda a sua polissemia - uma tessitura para sua existência, realização e função. É um suporte da vocalização, o substrato da ação, o terreno da práxis, o campo da insurgência, materialização do cotidiano e a representação da pluralidade da vida social.

Portanto, o espaço é fundamental para que a expressão sociopolítica se processe. A insurgência - pelo menos no nível de análise de junho de 2013 - possui uma dinâmica socioespacial imprescindível e impreterível, como denotou os fluxos urbanos, insurgentes e de comunicação coadunados e ativadas em sinergia a partir do espaço e as dinâmicas que dele decorreram.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: Grupo Folha, 2013.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: Grupo Estado, 2013.
- O GLOBO. Rio de Janeiro: Grupo Globo, 2013.
- QUINTÃO, T. Os Media e a Construção dos Caras-pintadas. **Anagrama**, v. 3, n. 4, p. 1-16, abr. 2010.
- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

Recebido em: 16/01/2018

Aceito para publicação em: 05/09/2018